



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA**

PROJETO BÁSICO

1. INTRODUÇÃO

1.1. Em cumprimento aos princípios administrativos esculpidos no Artigo 37 da Constituição Federal e em observância aos Artigos 1º, 2º, inciso II, e 11 da Lei nº 14.133/2021, elaboramos o presente Projeto Básico, que tem por finalidade normatizar, disciplinar e definir, por meio de procedimentos legais e pertinentes, os elementos que nortearão o procedimento licitatório, visando à contratação de empresa especializada para a execução de obra conforme descrito na documentação acostada aos autos e no Contrato de Repasse nº 952191/2023/MCIDADES/CAIXA. A contratação será realizada sob o regime de empreitada por preço global, no qual a contratada deverá executar a totalidade da obra por um preço fixo previamente estipulado, em conformidade com o orçamento detalhado e o cronograma físico-financeiro anexos, assegurando a economicidade, a eficiência e a transparência do processo.

1.2. A contratação será procedida por licitação, pela modalidade Concorrência, fundamentado no Art. 6º, Inciso XXXVIII e Art. 17º da Lei nº 14.133/2021, a qual institui normas para licitações e contratos administrativos e conforme Decreto Municipal nº 59.674 de 23 de fevereiro de 2023.

2. ORGÃO SOLICITANTE

(BAIRRO PARQUE INDUSTRIAL TANCREDO NEVES, SETOR 03).

**DADOS ORÇAMENTÁRIOS RECURSO DO CONVÊNIO Nº
952191/2023/MCIDADES/CAIXA.**

Projeto Atividade	2261 – Realizações de Obras e Serviços de Infraestrutura
Elemento de Despesa	4.4.90.51 – Obras e Instalações
Fonte de Recurso	17000200 – Transferências de Convênios União – Exercício Corrente.



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA**

DADOS ORÇAMENTÁRIOS RECURSO CONTRA PARTIDA

Projeto Atividade	2261 – Realização de Obras de Infraestrutura
Elemento de Despesa	4.4.90.51 – Obras e Instalações
Fonte de Recurso	15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos – Contrapartida - Exercício corrente

3. OBJETO

3.1. Constitui objeto do presente Projeto Básico à contratação de **empresa especializada para execução da obra de SERVIÇOS DE SANEAMENTO INTEGRADO COM PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA , A INTERVENÇÃO CONTEMPLA A EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM SINALIZAÇÃO VIÁRIAM, IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL, CONSTRUÇÃO DE REDE DE COLETA DE ESGOTO SANITÁRIO E INTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO COMPACTA NO SETOR 03– NA CIDADE DE VILHENA.**

4. JUSTIFICATIVA

A Secretaria Municipal de Obras tem em suas atividades diversas ações pertinentes a manutenção e conservação da cidade, bem como a área rural e urbana.

A contratação de empresa para execução de obra de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, sinalização viária e construção de passeios é de suma importância, pois hoje Vilhena possui uma população de quase 100.000 (cem mil) habitantes, passando por uma fase de crescimento populacional, desta feita a gestão municipal é fortemente demandada a oferecer e prestar serviços de obras que possam dar melhor qualidade de vida aos munícipes.

A execução desta obra irá contribuir substancialmente para melhoria na qualidade de vida, uma vez que teremos uma diminuição de doenças respiratórias, além de trazer valorização imobiliária. O meio ambiente será também privilegiado uma vez que a referida obra esta acompanhada de indispensável drenagem que é



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA

de fundamental relevância para preservação da natureza e da própria obra evitando o processo erosivo.

A contratação pretendida justifica-se pela necessidade de promover melhorias na infraestrutura urbana e nas condições de saneamento básico no Município de Vilhena, especialmente no Setor 03, que atualmente apresenta deficiência na pavimentação das vias Públicas, ausência ou insuficiência de sistema de drenagem pluvial e inexistência de rede coletora de esgoto sanitário com tratamento adequado.

Nesse contexto, a execução de obras de pavimentação asfáltica com sinalização viária, implantação de sistema de drenagem pluvial, construção de rede coletora de esgoto sanitário e instalação de Estação de Tratamento de Esgoto, compacta apresenta-se com solução essencial para promover o ordenamento urbano, melhorar as condições de tráfego, reduzir problemas de alagamento e garantir adequada coleta e tratamento de esgoto sanitário.

5. ESTIMATIVA DO VALOR

5.1. O valor da contratação está baseado em ampla pesquisa de preços realizada por técnico do Município de Vilhena, em que fora realizado através de pesquisa de preços na tabela SINAPI (Sistema Nacional de Preços e Índices para a Construção Civil);

5.2 Os valores máximos para contratação será conforme a seguir:

5.3 Tendo como valor R\$ 13.874.286,85 (Treze milhões, oitocentos e setenta e quadro mil, duzentos e oitenta e seis reais e oitenta e cinco centavo). Sendo o valor de R\$ 9.175.916,39 (Nove milhões, cento e setenta e cinco mil, novecentos e dezesseis e trinta e nove centavos) de convênio Contrato de Repasse de nº 952191/2023/MCIDADES/CAIXA e R\$ 4.698.370,46 (Quatro milhões, seiscentos e noventa e oito mil, trezentos e setenta reais e quarenta e seis centavos) de Contrapartida do município de Vilhena.

6. FORMA DE EXECUÇÃO

6.1. Após a homologação do procedimento licitatório, serão lavrados contratos no qual ficarão estabelecidas as obrigações entre o CONTRATANTE e o



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA

CONTRATADO, e as realizações operacionais e de faturamento, posteriormente os autos serão encaminhados à secretaria responsável onde será emitida a ordem de serviços.

6.2. Quando a licitante vencedora for sediada em outro estado federativo, a assinatura e recebimento da ordem de início dos serviços estarão condicionados a apresentação do respectivo visto, da empresa e do profissional indicado como responsável pela execução da obra, junto à entidade profissional competente (CREA/CAU ou equivalente) no Estado de Rondônia, sob pena de sofrer as sanções previstas na legislação vigente.

6.3. Os serviços deverão ser iniciados pela empresa vencedora do procedimento licitatório, no prazo máximo de 05 (cinco) dias após o recebimento da ordem de serviço.

6.4. O serviço deverá ser executado em conformidade com as normas técnicas aplicáveis. Os materiais utilizados deverão obedecer às especificações dos respectivos fabricantes e às determinações expressas pelo fiscal da obra, sendo obrigatória a aprovação prévia, por parte deste, de todos os materiais listados na planilha de custos.

6.5. A CONTRATADA deverá cumprir fielmente o cronograma de realização dos serviços, a contagem do prazo se iniciará a partir da data declarada pela CONTRATADA no ato do recebimento da ordem de serviço;

7. DA FORMA DE PAGAMENTO

7.1. Os pagamentos ocorrerão mediante medição realizada pelo fiscal da obra e assinada pelo mesmo e pelo profissional técnico da empresa, conforme cronograma físico e financeiro, a nota fiscal deverá ser emitida pela CONTRATADA e certificada pelo Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos.

7.2. Para solicitar medição a CONTRATADA deverá apresentar ofício direcionado ao FISCAL DE OBRAS, profissional este que adotará as medidas necessárias para a



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA**

realização da referida medição, assegurado a este o direito de solicitar correções desde que previstas nas planilhas orçamentarias antes de efetuar a medição;

8. DO PAGAMENTO

8.1. Após tomadas todas medidas apontadas no item 7.1 deste **Projeto Básico**, o processo será instruído com a respectiva **Nota Fiscal** devidamente certificada pelo Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos e demais documentos conforme (Item 8.7);

8.2. As notas fiscais deverão conter a descrição do objeto, conforme empenho, e estar em nome da CONTRATANTE;

8.3. Em caso de erro na **Nota Fiscal** a CONTRATADA deverá providenciar as devidas correções;

8.4. Havendo erro nos documentos de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus a CONTRATANTE;

8.5. Não caberá pagamento de atualização financeira à CONTRATADA caso o pagamento não ocorra no prazo previsto por culpa exclusiva desta;

8.6. ACONTRATANTE poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos casos de:

8.6.1. Existência de qualquer débito para com a CONTRATANTE;

8.6.2. Se o serviço executado não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita;

8.6.3. No caso de incorreção em qualquer dos documentos apresentados será o mesmo devolvido a CONTRATADA para as correções necessárias, não respondendo a CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação do pagamento;



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA**

8.6.4. A CONTRATANTE não efetua pagamento antecipado, não sendo considerados os itens das propostas que assim se apresentarem.

8.7. No ato de cada pagamento a empresa deverá apresentar as Certidões: Negativas de tributos **FEDERAL/INSS**, **FGTS**, **Trabalhista/CNDT**, **Falência, Concordata e Recuperação Judicial**, **Estadual**, e **Municipal** válidas, bem como a documentação conforme segue, exigida através da I.N. 003/2023/CGM, em seu artigo 19, I ao V.

8.7.1. I.N. 003/2023/CGM – Art. 19 Quando a documentação referente à medição tiver sido entregue pelo fiscal e anexada aos autos (relatório de fiscalização, fotos da etapa da obra que está sendo medida, planilha de medição e demais documentos que julgar necessário para melhor compreensão do que está sendo medido), o processo administrativo deverá ser remetidos à Unidade Administrativa de origem, de modo que se proceda a juntada dos outros documentos pertinentes ao pagamento daquela medição, que são de responsabilidade da contratada, quais sejam, entre outros que poderão ser exigidos.

I. Nota Fiscal, descrevendo os números da medição, do contrato e do convênio (ser for o caso), devidamente certificada pelo ordenador de despesa;

II. GPS do período de competência referente à medição;

III. GFIP do período de competência referente à medição;

IV. Certidões Negativas conforme legislação;

V. Relatório do fiscal do contrato, evidenciando a execução do mesmo, com informações que julgar necessárias.

Parágrafo único. Além dos documentos descritos acima, poderá ser solicitado outros necessários pertinentes à medição.

8.8. Não havendo impedimentos por parte do CONTRATADO, a **Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP**, **encaminhará o processo administrativo ao setor do Almoxarifado para incorporar ao Patrimônio e liquidação, após ao setor de Tesouraria da SEMFAZ**, para pagamento após o



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA

recebimento da Nota Fiscal e procedimentos administrativos, de acordo com o Artigo 141 da Lei 14.133/2021.

8.8.1. Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referenciada e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada com a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP valor da parcela paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,000328767, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \left(\frac{1}{100}\right) \quad I = 0,000328767$$

TX = Percentual da taxa anual = 12%

8.9. Serão retidos na fonte, a cada pagamento efetuado, os valores correspondentes ao **ISSQN** (Imposto sob serviço de qualquer natureza), em conformidade o Código Tributário do Município de Vilhena-RO, e se for o caso, também poderão ser retidos os valores relativos às contribuições sociais nos termos da Instrução Normativa nº 2.110, de 17 de outubro de 2022, da Receita Federal do Brasil.



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA**

8.10. O Município de Vilhena efetuará a retenção dos impostos eventualmente incidentes sobre o valor do bem/serviço, conforme previsto no Decreto 60.470/2023 e na Instrução Normativa RBF no 1234/2012.

8.11. Caberá à Contratada destacar na Nota Fiscal os tributos que eventualmente incidam sobre o valor do bem/serviço objeto do Presente Termo de Referência, nos termos previstos no Decreto Municipal nº 60.470/2023 e na Instrução Normativa RFB nº1234/2012.

8.12. No caso da Contratada não ser obrigada à retenção, a mesma deverá comprovar esta condição;

8.13 O prazo para o pagamento da Nota Fiscal terá início a partir da data de seu recebimento, sendo o pagamento efetuator em até 30 dias úteis.

9. CONTRATO E PRAZO DE EXECUÇÃO

9.1. Os Prazos serão conforme a seguir.

9.1.1. SETOR 03.

CONVÊNIO CONTRATO DE REPASSE Nº 952191/2023/MCIDADES/CAIXA.

Prazo de vigência do contrato de 1080 dias contados a partir da assinatura do contrato e 360P dias para execução contada a partir do recebimento da ordem de serviço.

9.2 Os contratos poderão sofrer alterações nos termos do Artigo105, da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.3. Conforme Art. 115 da Lei 14.133/2021, § 5º Em caso ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstancias mediante simples apostila.



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA**

9.4. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da **Lei nº 14.133, de 2021**, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (**Lei nº 14.133/2021, Art. 115º, caput**).

9.5. O CONTRATADO será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, **o objeto** do contrato ou seu equivalente em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (**Lei nº 14.133/2021, Art. 119º**).

9.6. O CONTRATADO será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato ou seu equivalente, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (**Lei nº 14.133/2021, Art. 120º**).

9.7. Somente o CONTRATADO será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato ou seu equivalente (**Lei nº 14.133/2021, Art. 121º, caput**).

9.8. A inadimplência do CONTRATADO em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar **o objeto** do contrato ou seu equivalente (**Lei nº 14.133/2021, Art. 121º, §1º**).

10. DO TERMO DE FORMALIZAÇÃO

10.1. A CONTRATANTE convocará a empresa para assinatura do Contrato Administrativo, conforme Minuta de Contrato, anexo ao Edital de Licitação;

10.2. Para assinatura do Contrato Administrativo, a empresa terá o prazo de 10 (dez) dias após a convocação, permitindo-se a prorrogação por igual período, na forma do § 1º, do art. 90, da Lei Federal nº. 14.133/2021;

11. DA EXTINÇÃO DOS CONTRATOS



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA**

11.1. A extinção do contrato será observada o disposto nos artigos: 137, 138 e 139 da Lei 14.133/2021.

12. DO ACRÉSCIMO, REDUÇÃO E REAJUSTE DO CONTRATO

12.1. Os contratos oriundos deste Projeto Básico poderão sofrer alterações na forma do disposto nos artigos 124 e 125 da lei 14.133/2021.

12.2. Os Reajustes poderão ocorrer sempre respeitando ao princípio da anualidade.

12.2.1. Caso os técnicos do Município julguem procedente pedido da CONTRATADA, o reajuste será realizado com base no princípio da anualidade e tomando como base o índice Nacional de Custo da Construção (INCC) e o termo inicial de reajustes será contado a partir da data do orçamento estimado.

12.3. Os atrasos ocasionados única e exclusivamente pela empresa não dão direito ao reajuste de preços.

13. DA TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO

13.1. É vedada a cessão ou transferência total ou parcial de quaisquer direitos e/ou obrigações inerentes ao presente contrato (ou equivalente) por qualquer das partes, sem prévia e expressa autorização da outra.

14. DA GARANTIA

14.1. A licitante vencedora ficará obrigada a garantir os padrões de qualidade, conforme as Normas Técnicas exigidas pelo órgão responsável do objeto deste Projeto Básico, as quais deverão ser respeitadas, conforme direitos do consumidor, obrigando-se a CONTRATADA a executar novamente o serviço que estiver fora do padrão, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE, até o efetivo atendimento da proposta;

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. A CONTRATADA recolherá aos cofres do Município de Vilhena/RO, caução correspondente a 5% (um por cento), do valor do Contrato, conforme Art. 96 da Lei 14.133/2021.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA

15.2. A exigência de prestação de garantia contratual, na modalidade caução correspondente a 5% do valor do contrato, encontra respaldo no Art. 96 da Lei nº 14.133/2021, e tem como finalidade resguardar a Administração Pública quanto ao fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

15.3. Dessa forma, a fixação do percentual de 5% mostra-se adequada e proporcional, considerando a natureza do objeto contratado, estando dentro dos limites legais e em conformidade com as boas práticas de gestão e fiscalização contratual.

16. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

16.1. A CONTRATANTE, através do GESTOR DO CONTRATO, designará por meio de portaria da Instrução Normativa 003/2023/CGM, e Decreto Municipal nº 64.328/2025 que será servidor lotado da SEMOSP a servidora Fernanda Walter – Matrícula 17254, e conforme Art. 14, da Instrução Normativa 003/2023/CGM, que será servidor lotado do Setor de Engenharia/SEMPPLAN – Wesley Rodrigo Machado – Matrícula 10576, Thiago Douglas Bardignon Barasuaol – Matrícula 10.474;

16.1.2. A CONTRATANTE, através da SEMPLAN designará também por meio de portaria um FISCAL DE OBRA para cada contrato, conforme Art. 16, §1ª Inciso I, da Instrução Normativa 003/2022/CGM.

16.2. As exigências e a atuação da fiscalização pela CONTRATANTE em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva do licitante vencedor no que concerne à execução do objeto licitado.

17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. Compor planilhas observando todos os custos e despesas necessárias para a correta execução do objeto;

17.2. Entregar tempestivamente ao Fiscal de Contrato, na sede do CONTRATANTE, nota fiscal e demais documentos necessários, sempre que solicitado ou houver medição;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA

17.3. Manter regularidade Fiscal nas fazendas (Municipal, Estadual e Federal) e previdenciária nos termos do Item 8.7 deste Projeto Básico, em todo o decorrer da execução dos serviços;

17.4. A ordem de serviço só será emitida após a comprovação de inscrição da obra no CNO (Cadastro Nacional de Obra), vinculado ao número de contrato e a ART ou RRT (Anotação de Responsabilidade Técnica) de execução salvo em casos previamente determinados em legislação vigente.

17.5. Fornecer em até 05 (cinco) dias após início da obra ficha de registro dos empregados lotados na obra contendo nome completo, foto, cargo, número CPF, número do RG, data de nascimento e valor do salário; Todos os empregados lotados na obra deverão ser registrados.

17.6. Apresentar mensalmente em até 07 (sete) dias do mês subsequente comprovante de pagamento de salário (original e cópia) dos empregados vinculados ao CNO da obra;

17.7. Executar os serviços, objeto deste Projeto Básico, observando as normas técnicas vigentes, o presente instrumento de referência, as especificações técnicas dos equipamentos, as boas práticas de execução, e empregando somente material de primeira qualidade, que atendam às exigências mínimas de mercado;

17.8. Nomear Responsável Técnico, encarregado pelas tarefas, com a missão de, dentre outras coisas, prestar as necessárias orientações aos executores, garantindo assim o perfeito andamento dos serviços;

17.8.1. O Responsável Técnico se reportará, sempre que houver necessidade, diretamente ao fiscal da Obra e deverá tomar todas as providências pertinentes para que sejam corrigidas quaisquer imperfeições, defeitos e/ou falhas detectadas na execução dos serviços contratados;

17.9. Responder e corrigir prontamente todos os problemas, vícios, falhas e defeitos percebidos na execução dos serviços e/ou no fornecimento dos produtos



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA

contratados, bem como refazer ou adequar quaisquer serviços impugnados pela CONTRATANTE, sem qualquer ônus adicional;

17.10. Comunicar formalmente ao FISCAL DE OBRAS com cópia ao FISCAL DO CONTRATO, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas ou a iminência de ocorrências que possam vir a prejudicar o correto cumprimento dos serviços;

17.11. Assumir inteira responsabilidade pela qualidade dos equipamentos, ferramentas, peças, partes, componentes, acessórios e materiais empregados;

17.12. A CONTRATADA deverá garantir a qualidade dos materiais licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeitos de fabricação durante a vigência do prazo de garantia;

17.13. A CONTRATADA para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas neste Projeto Básico;

17.14. A CONTRATADA estará obrigada, durante a vigência do prazo de garantia, a realizar a devida manutenção no local;

17.15. Fornecer e assumir inteira responsabilidade pelo fornecimento de toda a mão de obra, peças, equipamentos, materiais, acessórios, ferramentas, utensílios, componentes, suprimentos, transporte e insumos necessários ao perfeito cumprimento dos serviços;

17.16. Manter seus técnicos devidamente uniformizados e identificados, bem como provê-los, às suas exclusivas expensas, de todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) necessários;

17.16.1. Cumprir fielmente legislação vigente (Norma Regulamentadora nº 18), contratando sem ônus a CONTRATANTE Profissional de Segurança no Trabalho para elaboração de projetos, supervisão ou supervisões sempre que necessário;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA

17.17. Responsabilizar-se por todas as despesas, tais como: impostos, taxas, serviços, licenças, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes do contrato, conforme exigência legal;

17.18. A ação ou omissão, total ou parcial, por parte da fiscalização da CONTRATANTE, não eximirá a CONTRATADA da total e irrestrita responsabilidade pela execução de quaisquer serviços;

17.19. Manter a execução dos serviços, (Em caso de necessidade de Paralisação por motivos alheios, deverá solicitar sempre por escrito e devidamente justificado, podendo ainda ter este pedido deferido ou indeferido pelo FISCAL DA OBRA ou pelo GESTOR DO CONTRATO);

17.20. Executar os serviços contratados estritamente dentro dos prazos estabelecidos.

17.20.1. Os serviços serão executados por mão de obra especializada e deverão obedecer rigorosamente às normas e especificações constantes neste Projeto Básico;

17.21. Responsabilizar-se pela reparação de todo e qualquer dano ocasionado;

17.22. Cumprir fielmente as especificações de materiais, peças e ferramentas solicitadas nas planilhas orçamentárias, sendo que serão recusados os que se encontrarem fora de especificação;

17.23. Todas as despesas relativas à legalização dos serviços perante os órgãos municipais, estaduais ou federais, correrão por conta da CONTRATADA;

17.24. Será de responsabilidade da CONTRATADA toda e qualquer providência que diga respeito à segurança do trabalho de seus empregados, bem como a exigência do uso dos equipamentos de proteção individual necessários, sob pena de paralisação imediata dos serviços;

17.25. A CONTRATADA deverá estar disponível para contato através de ligações telefônicas, a serem realizadas por servidores da CONTRATANTE, bem como



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA

deverá comparecer sempre que solicitado para tratar de assuntos referente ao bom andamento do processo;

17.26. É obrigação da Contratada, solicitar o Recebimento de Obra Pública, por meio formal, em até 30 dias após o recebimento da medição final, bem como providenciar e apresentar as baixas da ART, RRT e do CNO assim que solicitadas.

17.27. A contratada é responsável pela qualidade dos materiais e serviços executados ou fornecidos, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado;

17.28. A contratada deve permitir o livre acesso dos servidores da União Federal (Poder Concedente do convênio) e dos órgãos de controle interno e externo da União, bem como dos funcionários da mandatária e do apoiador técnico, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas;

17.29. A Contratada deve inserir as informações e os documentos relativos à execução da obra no Transferegov.br;

18. SUBCONTRATAÇÃO

18.1. É admitida a subcontratação parcial de serviços, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, desde que expressamente autorizada pela CONTRATANTE e limitada aos termos do edital e do contrato. A empresa subcontratada deverá atender às condições técnicas e jurídicas exigidas no objeto deste Projeto Básico, permanecendo a CONTRATADA integralmente responsável pela execução e pela emissão da nota fiscal, vedada a emissão por parte da subcontratada.

18.2. Subcontratações permitidas.

Item da Planilha	Descrição do Serviço	% Máximo para Subcontratação
5.1, 5.5	CASCALHO, PEDREGULHO OU PIÇARRA (MATERIAL DE JAZIDA PARA BASE DE PAVIMENTADA, REVESTIMENTO PRIMARIO, BASE ASFÁLTICA, ETC - SEM TRANSPORTE) - BDI = 13,24	100,00



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA

4.2, 5.2, 5.6, 5.15, 6.8	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	100,00
5.3, 5.7	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	100,00
5.11	EMULSÃO ASFÁLTICA PARA IMPRIMAÇÃO, INCLUSO O FORNECIMENTO DO MATERIAL E O TRANSPORTE PARA VILHENA/RO - BDI = 13,24	100,00
5.12	EMULSÃO ASFÁLTICA CATIONICA RR-1C PARA USO EM PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, INCLUSO O FORNECIMENTO DO MATERIAL E O TRANSPORTE PARA VILHENA/RO - BDI = 13,24	100,00
5.13	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, PADRÃO DNIT, FAIXA C, COM CAP 50/70 - AQUISIÇÃO POSTO USINA - BDI = 13,24	100,00
5.14	Carga, manobra e descarga de mistura betuminosa a quente em caminhão basculante de 10 m³ - carga em usina de asfalto 100/140 t/h e descarga em vibroacabadora	100,00
6.9	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIÂMETRO NOMINAL DE = 600 MM - BDI = 13,24	100,00
6.11	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-2, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIÂMETRO NOMINAL DE 800 MM - BDI = 13,24	100,00
6.13	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-2, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIÂMETRO NOMINAL DE 1000 MM - BDI = 13,24	100,00
6.15	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-3, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIÂMETRO NOMINAL DE 1200 MM - BDI = 13,24	100,00
7.1	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), RETROESCAV. (0,26 M³), LARG. MENOR QUE 0,8 M, EM SOLO DE 1ª CATEGORIA, EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_09/2024	50,00
7.2	ACERTO MANUAL DO TERRENO	50,00
7.3	CORTE MECANÂNICO COM SERRA CIRCULAR EM CONCRETO/ASFALTO	50,00
7.4	GUIA (MEIO-FIO) CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 13 CM BASE X 25 CM ALTURA	50,00
7.5	GUIA (MEIO-FIO) CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO CURVO COM EXTRUSORA, 13 CM BASE X 25 CM ALTURA	50,00
7.6	EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 30 CM BASE X 10 CM ALTURA.	50,00
7.7	EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO CURVO, 30 CM BASE X 10 CM ALTURA.	50,00
8.1	Pintura de faixa com tinta acrílica emulsionada em água - espessura de 0,5 mm	100,00
8.2	Pintura de setas e zebados com tinta acrílica emulsionada em água - espessura de 0,5 mm	100,00
8.3	Placa de advertência em aço, lado de 0,60 m - película retrorrefletiva tipo I + SI - fornecimento e implantação	100,00



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA

8.4	Placa de regulamentação em aço, R1 lado 0,248 m - película retrorrefletiva tipo I + SI - fornecimento e implantação	100,00
8.5	Placa de regulamentação em aço D = 0,60 m - película retrorrefletiva tipo I + SI - fornecimento e implantação	100,00
8.6	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SUPORTE DE MADEIRA PARA PLACAS DE SINALIZAÇÃO, EM BASE DE CONCRETO, COM H= DE 2,0 M E SEÇÃO DE 7,5 X 7,5 CM. AF_03/2022	100,00
8.7	EXECUÇÃO DE ONDULAÇÃO TRANSVERSAL (LOMBADA) TIPO B PARA LIMITAR A VELOCIDADE MÁXIMA PARA 20 KM/H COM ALTURA DE 6 a 8 CM E COMPRIMENTO DE 150 CM	100,00

MACRO ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	% MÁXIMO PARA SUBCONTRATAÇÃO
9	ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE)	100,00



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA

18.2.1. A permissão de subcontratação integral da Estação Compacta de Tratamento de Esgotos (ECTE) se justifica por se tratar de um subsistema altamente especializado, com requisitos próprios de projeto executivo, fabricação/fornecimento, montagem eletromecânica, instrumentação/automação, comissionamento e partida assistida, que diferem substancialmente das frentes típicas de obras civis lineares (redes e pavimentação) previstas no Saneamento Integrado.

A ECTE, em regra, é composta por solução industrializada (equipamentos e módulos padronizados ou semi-padronizados), cujo desempenho depende de know-how específico do fabricante/integrador, incluindo rotinas de controle operacional, calibração de instrumentos, ajustes de processo, testes de performance e treinamento de operação. Assim, admitir a subcontratação integral mitiga riscos técnicos e operacionais, reduzindo a probabilidade de falhas de desempenho (efluente fora de padrão), retrabalhos, atrasos na entrega e aumento de custos indiretos associados à fase de partida.

18.3. Subcontratações não permitidas:

18.3.1. Serviços de implantação da rede coletora (escavação, assentamento e reterro de rede e construção de estruturas e poços), por ser o serviço principal do objeto contratado (saneamento integrado), essencial para a garantia da qualidade e conformidade técnica;

18.3.2. Serviços de aplicação pavimentação asfáltica (incluindo preparação da base, aplicação de asfalto e compactação), por ser o serviço principal do objeto contratado, essencial para a garantia da qualidade e conformidade técnica;

18.3.3. Serviços de drenagem (excluindo os serviços de execução de sarjetas, meios-fios, canaletas e sistemas de escoamento – permitida a subcontratação até o limite de 50%), por ser o serviço principal do objeto contratado (saneamento integrado), essencial para a garantia da qualidade e conformidade técnica;

18.3.4. Subcontratação de empresas com vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil com dirigentes ou agentes públicos envolvidos na licitação, fiscalização ou gestão do contrato, incluindo cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau (art. 122, §2º, Lei nº 14.133/2021);

18.3.5. Subcontratação de empresas que elaboraram o projeto básico ou executivo, ou que tenham relação com o autor do projeto (art. 25, inciso II, Lei nº 14.133/2021);



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA

18.3.6. Subcontratação de empresas sob sanção que as impeça de participar de licitações (art. 25, inciso III, Lei nº 14.133/2021).

18.4. Subcontratações não permitidas

18.4.1. Serviços de pavimentação asfáltica (incluindo preparação da base, aplicação de asfalto e compactação), por ser o serviço principal do objeto contratado, essencial para a garantia da qualidade e conformidade técnica.

18.4.2. Serviços de drenagem (excluindo os serviços de execução de sarjetas, meios-fios, canaletas e sistemas de escoamento – permitida a subcontratação até o limite de 50%), por sua relevância técnica e integração com a pavimentação. Subcontratação total do objeto contratado.

18.4.3. Subcontratação de empresas com vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil com dirigentes ou agentes públicos envolvidos na licitação, fiscalização ou gestão do contrato, incluindo cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau (art. 122, §2º, Lei nº 14.133/2021).

18.4.4. Subcontratação de empresas que elaboraram o projeto básico ou executivo, ou que tenham relação com o autor do projeto (art. 25, inciso II, Lei nº 14.133/2021).

18.4.5. Subcontratação de empresas sob sanção que as impeça de participar de licitações (art. 25, inciso III, Lei nº 14.133/2021).

19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

19.1. Conferir os serviços executados e as notas fiscais se os mesmos estão de acordo com a nota de empenho;

19.2 Pagar a CONTRATADA no prazo estabelecido;

19.3. Prestar esclarecimentos que se fizerem necessários à CONTRATADA;

19.4. Comunicar toda e quaisquer ocorrências relacionadas com a execução dos serviços contratados;



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA**

19.5. Fiscalizar a execução dos serviços podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer, no todo ou em parte, qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste Projeto.

20. RECEBIMENTO DA OBRA

20.1. Em conformidade com o artigo 140, inciso I da Lei nº. 14.133/2021, o objeto da presente licitação será recebido:

- a) Provisoriamente** - pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termodetalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico; e
- b) Definitivamente** - por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

20.2. Em conformidade com o artigo 140, inciso I da Lei nº. 14.133/2021, se no recebimento do objeto for constatada sua execução de forma incompleta ou em desacordo com as condições avençadas, será interrompido o prazo de recebimento definitivo, até que seja sanada a situação.

20.3. Prever a possibilidade de o prazo para correção ser definido pelo fiscal da obra, considerando a natureza e a complexidade do reparo necessário.

20.4. Caso o objeto seja REJEITADO, o termo de recebimento provisório perderá todos os efeitos jurídicos, inclusive o de purgação de eventual mora contratual.

20.5. Se o particular realizar a substituição, adequação e/ou reparos necessários dentro do prazo estipulado, pelos agentes acima mencionados e em definitivo, após constatar-se a conformidade em face dos termos pactuados.

21. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

21.1. Serão desclassificadas as propostas que:



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA**

21.1.1. Não atendam às exigências deste Projeto Básico, do Edital e seus Anexos;

21.1.2. Sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, vícios e defeitos capazes de dificultar o julgamento;

21.1.3. Não atendam às características mínimas deste Projeto Básico.

22. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

22.1. Poderão participar os interessados do ramo de atividade relacionada ao objeto que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Projeto Básico, do Edital e seus Anexos e estiverem habilitados no sistema para participação, desde que:

22.1.1. Desempenhem atividades pertinentes e compatíveis com o objeto deste Projeto Básico;

22.1.2. Atendam aos requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos no Edital;

22.2. O não cumprimento dos prazos estabelecidos no Edital e seus anexos poderão acarretar em desclassificação da empresa.

22.3. Não poderão participar as empresas enquadradas em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

22.3.1. Que se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação;

22.3.2. Que em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, seja controladora, coligada ou subsidiária entre si;

22.3.3. Que por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas ou punidas com suspensão por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial, conforme o caso, pelo órgão que o praticou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA

22.3.4. Empresas estrangeiras que não atenderem as exigências de habilitação, onde tais serão exigidas, mediante documentação equivalente, autenticada pelos respectivos consulados e traduzida por tradutor juramentado de Boas Práticas de Fabricação;

22.3.5. Não será admitida a participação de empresas que possuam nos seus quadros, funcionários ou servidores do Município de Vilhena, inclusive na condição de sócio ou dirigente;

22.3.6. Empresa que não possua sede e operação de funcionalidade.

22.4 conforme a Lei nº 14.133/2021 poderá ser exigida, na fase de habilitação jurídica, os documentos previstos como;

- I. Registro comercial, no caso de empresa individual;
- II. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- III. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, ;
- IV. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, de modo a comprovar o ramo de atividade compatível com o objeto da licitação;
- V. Documentos pessoais do representante legal da empresa

22.5. Desta forma conforme o art, 68 da Lei nº14.133/2021 informamos exigências de regularidades fiscais.

- I. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ (art. 68, inciso I);
- II. Certidão de regularidade de débitos relativos a tributos federais e à Dívida Ativa da União, admitida a certidão positiva com efeitos de negativa (art. 68, inciso III);



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA

- III. Certidão de regularidade de débitos com a Fazenda Estadual e com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, admitidas certidões positivas com efeitos de negativa (art. 68, inciso III);
- IV. Certidão de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, também admitida a certidão positiva com efeitos de negativa (art. 68, inciso IV);
- V. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, nos termos da Lei nº 12.440/2011, podendo ser apresentada certidão positiva com efeitos de negativa (art. 68, inciso V).

23. DAS PENALIDADES

23.1. A CONTRATADA que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais, (ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificado e comprovado), aplicar-se-ão as seguintes penalidades, conforme a natureza e gravidade da falta cometida e sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie (prescrita pela Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas cogentes):

I. Advertência;

II. Multa moratória, nos seguintes percentuais:

- a) No atraso injustificado da execução do objeto contratado, ou por ocorrência de descumprimento contratual, 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do contrato, limitado a 10% (dez por cento);
- b) Nas hipóteses em que o atraso injustificado no adimplemento das obrigações seja medido em horas, aplicar-se-á mora de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por hora sobre o valor total do contrato, limitado a 10% (dez por cento);
- c) No caso de atraso injustificado para a execução do objeto, 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor do contrato, incidência limitada a 10 (dez) dias;



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA

- d) Na hipótese de atraso injustificado para execução do objeto, superior a 10 (dez) dias, 8% (oito por cento) sobre o valor do contrato;
- e) Em caso de reincidência no atraso de que tratam as alíneas "a", "b" e "c" quando da ocorrência do 3º (terceiro) atraso, poderá ser aplicada sanção mais grave prevista no inciso III deste item, concomitantes e sem prejuízo de outras cominações;
- f) Caso a multa a ser aplicada ultrapasse os limites fixados nas alíneas "a" e "b", poderá ser aplicada sanção mais grave prevista no inciso III deste item, concomitantes e sem prejuízo de outras cominações;

III. Multa contratual, por inadimplemento absoluto das obrigações, nos seguintes percentuais:

- a) Pelo descumprimento total, 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado;
- b) Pelo descumprimento parcial, até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, levando em consideração para fixação do valor final, a relevância da parcela inadimplida - aplicável apenas em hipóteses excepcionais, devidamente fundamentadas;
- c) Caracteriza-se como inadimplemento absoluto, descumprimento total, a hipótese da empresa se recusar a formalizar o contrato no prazo estabelecido pelo CONTRATANTE.

IV. Suspensão Temporária de Participação em Licitação e Impedimento de Contratar com a Administração, prevista no artigo 156, III da Lei nº 14.133/2021, por prazo não superior a 3 (três) anos, aplicado conforme a gravidade das faltas cometidas;

V. Declaração de Inidoneidade para Licitar e Contratar com a Administração Pública, prevista no artigo 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;

23.2 A aplicação de quaisquer das penalidades ora previstas não impede a rescisão contratual.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA

23.3 A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade para exercício da ampla defesa e do contraditório, por parte da CONTRATADA, na forma da lei.

23.4 Reabilitações perante a autoridade que aplicou a penalidade será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

23.5. Os prazos para adimplemento das obrigações consignadas no presente Projeto Básico admitem prorrogação conforme art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

23.6. As multas, aplicadas após regular processo administrativo, serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA.

23.7. Será admitida a retenção cautelar de valor devido a título de multa por atrasos injustificados na execução contratual, até o esgotamento do processo administrativo. As multas devidas serão descontadas do valor das faturas para pagamento, ou quando não existir crédito da empresa contratada perante o CONTRATANTE, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da intimação.

23.8. Os procedimentos a serem adotados, no âmbito do Município de Vilhena para a apuração de falta contratual no fornecimento de bens e serviços, observarão o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas cogentes.

23.9. As empresas punidas com Impedimento de Licitar e Contratar com o Município de Vilhena, Suspensão Temporária de Participar em Licitação ou que sejam declaradas Inidôneas para Licitar e Contratar com a Administração Pública, serão incluídas no CADFILM.

24. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

24.1. Atestado (s) de Capacidade Técnico-Operacional: Atestado fornecido por entidade(s)/empresa(s) de direito público ou privado, comprovando que a empresa



ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA

licitante executou os serviços com características pertinentes e compatíveis aos itens estabelecidos neste Projeto Básico.

24.2 Para fins de comprovação de habilitação técnica, a licitante deverá apresentar atestados de capacidade técnica que comprovem a execução conforme o §2º do Art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021 de, no mínimo, 50% dos quantitativos previstos para os serviços de pavimentação asfáltica com Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), bem como, no mínimo, 50% dos serviços de drenagem profunda e rede coletora de esgotos, em conformidade com as exigências deste projeto básico.

25. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

25.1. **Balanco patrimonial** e demonstrações contábeis referente aos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e **apresentados na forma da lei**, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado a mais de 03 (três) meses da data de apresentação das propostas. (Art. 69, Inciso I da Lei 14.133/2021).

25.1.1– O balanço deve ser apresentado com o pertinente **Termo de Abertura e Encerramento**, devidamente **REGISTRADO E/OU AUTENTICADO** pela Junta Comercial do Estado, sede da empresa licitante ou que tenha sido transmitido via SPED.

25.1.2.– No caso de empresa constituída a menos de um ano, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade, substituível pelo Balanço de Abertura, **devidamente autenticado ou registrado na Junta Comercial do Estado ou que tenha sido transmitido via SPED.**

26. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA

26.1. Este “**Projeto Básico**” foi elaborado com base em legislação vigente, na lei 14.133/2021 e normativas internas do município de Vilhena, os casos nele omissos, poderão ser dirimidas pelas cláusulas contratuais e/ou pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

27. DO FORO

27.1. Fica eleito o foro da comarca de Vilhena/RO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

28. CONSIDERAÇÕES FINAIS

28.1. Os serviços serão realizados de acordo com o presente Projeto Básico, memorial descritivo, planilha quantitativa e orçamentaria, cronograma físico e financeiro e memória de cálculo, poderá ocorrer alteração contratual desde que verificado a legalidade, e após avaliação dos autos por técnicos do Município de Vilhena e com a devida autorização do Prefeito Municipal.

Vilhena/RO, 07 de abril de 2026.

Elaborado por: Emily Amanda Araújo Ribeiro
Matricula 16767

Na Forma do que dispõe o Artigo 45, da Lei 14.133/2021, APROVO o presente Projeto Básico.

Autorizo prosseguimento do feito, na forma da lei:

RUDIERIO LOPES PEREIRA
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos



Assinado por: RUDIERIO LOPES PEREIRA 07/04/2026 12:40:25
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
